

## Formar-se pesquisador para advir um pesquisador formado: o compromisso social da pesquisa em Psicologia

GUILHERME ELIAS DA SILVA \*

**Resumo:** A formação universitária em Psicologia – por seu tripé: ensino, pesquisa e extensão – é desafiada a formar cidadãos e profissionais autônomos, comprometidos com a ampliação e aplicação do conhecimento em prol da melhoria da qualidade de saúde e vida de toda a comunidade na qual está inserido; e não tecnocratas, autômatos replicadores de técnicas ou fórmulas artificiais. Por conseguinte, a formação enquanto pesquisador terá a responsabilidade de exigir do(a) psicólogo(a) a postura de reflexão crítica contínua sobre sua prática e suas relações no âmbito da comunidade científica e profissional em que se insere. Nesse sentido, o formar-se pesquisador passa pelo modo de subjetivação de um ‘inquiridor sensível’, o qual exerce-se em uma conduta diagnóstica e de sempre ir ao encontro [como um compromisso] à práxis mais ética e socialmente implicada.

**Palavras-chave:** Psicologia; Pesquisa; Formação Humana; Compromisso Social.

**To become a researcher in order to develop a prepared researcher: the social commitment of research in Psychology**

**Abstract:** University education in Psychology – through its tripod: teaching, research and extension – is challenged to train citizens and autonomous professionals, committed to the expansion and application of knowledge in order to improve the quality of health and life of the entire community in which it is located; and not technocrats, automatons that replicate techniques or artificial formulas. Consequently, training as a researcher will have the responsibility to demand from the psychologist a posture of continuous critical reflection on his practice and his relations within the scope of the scientific and professional community in which he is inserted. In this sense, forming a researcher goes through the subjectivity of a 'sensitive inquirer', who exercises himself in a diagnostic conduct and always meets [as a commitment] the more ethical and socially involved praxis.

**Key words:** Psychology; Search; Human formation; Social Commitment.



\* **GUILHERME ELIAS DA SILVA** é Doutor em Psicologia pela UNESP-Assis. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM.



Abriremos nossa reflexão com uma constatação alarmante apresentada por Valle Creuces (2020, p. 241):

Preocupações com a formação de psicólogos vêm gerando discussões em toda a América Latina. Elas parecem ter surgido em função de críticas a atuações profissionais nem sempre eficazes e coerentes com a realidade atual, atribuídas ao inadequado preparo em seus cursos de graduação.

A defasagem entre a formação teórica, prática e em pesquisa [assinalada na maioria das investigações sobre os problemas da formação em Psicologia] parece tolher a busca de soluções criativas, críticas e eficazes para enfrentar os problemas com os quais os psicólogos deparam-se.

Diante disso, devemos questionar: O que vem a ser um profissional comprometido? Que ideia de compromisso deveria fundamentar as ações dos pesquisadores e profissionais de Psicologia? E enquanto, mestres, doutores e, especialmente, engajados enquanto docentes: que valores cabe a nós estimular no sentido de orientar os saberes e práticas profissionais no âmbito da Psicologia? Dimenstein

(2001) toma Paulo Freire (1998) como referência, para dizer que compromisso implica necessariamente em uma tomada de posição; envolve uma decisão por parte de um Sujeito/Ator Social e ocorre no plano das ações, da realidade concreta. Isso quer dizer, por sua vez, que a primeira condição para que um ser possa produzir e assumir uma postura comprometida está em ser capaz de agir e refletir (FREIRE, 1998). Só um sujeito situado no seu tempo histórico e em relação aos determinantes culturais, políticos e econômicos que condicionam seu modo de estar no mundo poderá transformar, desejar e ousar a mudança, sair do conformismo, reverter a lógica que sustenta o imobilismo, isto é, comprometer-se, ser um 'ser da práxis'. Tal como o processo de alfabetizar-se, que para o referido autor está além de saber codificar e decodificar palavras estranhas, e implica em tornar-se alguém capaz de aprender a ler a realidade circundante e escrever a sua própria história.

O compromisso social requer um sujeito capaz de construir um saber crítico sobre si mesmo, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo (MARTÍN-BARÓ, 1996). Seriam assim, sujeitos

“dinamizadores”, segundo a perspectiva de Paim e Filho (2000), capazes de revolucionar o cotidiano na medida em que acreditam na possibilidade de ‘o novo’ surgir, na surpresa; sujeitos que recusam o determinismo absoluto que aniquila os possíveis espaços de liberdade, de criação, de diversidade. Neste sentido, Barros e Lucero (2005, p. 08) posicionam-se:

Interrogamos a hegemonia de uma racionalidade e de uma política que despreza os humanos e a própria vida e perseguimos modos de pesquisar que afirmem uma forma criadora de fazer ciência. Estamos nos referindo a uma criação acadêmica e política eivada de uma suavidade e de uma sensibilidade que busca a construção de novas condições subjetivas em ruptura com os modos de ser hoje hegemônicos.

Dimenstein (2001) argumenta que historicamente, a Psicologia sempre esteve “míope” diante da realidade social, das necessidades e sofrimento da população, levando os profissionais a cometer muitas distorções teóricas, a práticas descontextualizadas e etnocêntricas, e a uma psicologização dos problemas sociais, na medida em que não são capacitados para perceber as especificidades culturais dos sujeitos. Nesse sentido, é bastante óbvio que a Psicologia veio se configurando como um instrumento útil para a reprodução das estruturas injustas de nossos sistemas sociais, especialmente latino-americanos, ou seja, vem servindo de suporte científico das ideologias dominantes e das relações hierarquizadas de poder (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Diante do que fora exposto, resgatemos os papéis da universidade no Brasil: que estão expressos no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão. No exercício

destas atividades, conhecimentos [enquanto teorias ou práticas] são transformados e novos conhecimentos são criados, num movimento de criação, “destruição” e renovação. A extensão busca criar vínculos com o meio onde a universidade está, tornando-a parte deste meio, mediante a aplicação de conhecimentos a situações e demandas específicas. O ensino busca formar profissionais de nível superior com sólida base científica e tecnológica, requeridos pela sociedade, bem como formar pesquisadores. A pesquisa, criação de conhecimento novo, é a atividade que desfruta de maior prestígio no conjunto das atividades desenvolvidas pela universidade. Na interrelação destas diferentes funções é que subjaz o movimento criador da universidade, ao mesmo tempo o seu grande desafio.

Conforme Dias Sobrinho (2000, p. 50), “a atividade educativa deve criar as possibilidades de novas formas de compreensão da realidade e de renovadas maneiras de interação com as pessoas e o mundo”. Todavia, o quadro que se apresenta hoje no âmbito das políticas de pesquisa em diferentes campos do saber indica a tendência da subordinação gradativa das Universidades a uma perspectiva ética que se fundamenta em políticas educacionais, de pesquisa e de gestão universitária que objetiva cumprir, tragicamente, metas produtivistas. Referimo-nos a um produtivismo que tem se tornado um instrumento de política educativa que afirma modelos cognitivos e culturais marcados por uma racionalidade individualizante e homogeneizadora, com conseqüente sentimento de solidão e esvaziamento dos espaços de discussão e produção coletivas. Os rumos atuais das produções no âmbito da Universidade, conforme Rocha e Rocha (2003, p. 26), “[...]”

trazem a produtividade, a competência, a autonomia, a competitividade como palavras de ordem no mercado de saberes, gerando isolamento, fragmentação e tédio no cotidiano das práticas acadêmicas”.

Como nos diz também Barros e Lucero (2001), vivemos hoje no âmbito da produção de conhecimento a hegemonia de uma racionalidade que deveria ter se limitado apenas a certos usos e a certos propósitos, sem a pretensão de se constituir como único modo legítimo e verdadeiro de leitura do mundo.

Em contrapartida, cremos ser fundamental o atendimento à exigência de liberdade de pensamento e experimentação requeridas na atividade investigativa e de criação. Uma vez que:

A produção científica, cultural e artística exige a possibilidade de reflexão não ligada imediatamente à produção e a resultados concretos. (...) Um ambiente intelectualmente adequado, um meio apto à produção de conhecimento, não pode estar condicionado ao imediatismo de lógicas produtivistas (VIGEVANI, 2001, p. 61).

Sendo assim, Barros e Lucero (2001) propõem que devemos adotar uma perspectiva ético-política acerca da produção do conhecimento. Essa perspectiva:

[...] afirma a vida na sua potência de diferenciação, nas suas modulações, na sua polaridade, lutando contra as diferentes formas de captura colocadas em funcionamento por modelos padronizados de ser e de estar no mundo. Esses diálogos, portanto, estão pautados numa perspectiva que sustenta a compreensão partilhada do sentido da transformação das formas sociais instituídas (p. 07).

Se faz urgente, portanto, a edificação de práticas de pesquisa que possam contribuir para criar saídas para os impasses vividos hoje no campo da Psicologia, escapando das grades totalizantes e homogeneadoras e a elas resistindo, buscando possibilidades de singularização.

Estudos e pesquisas sobre os problemas da formação e da atuação em Psicologia (Barreto, 1999; Bastos, 1990; Carvalho, 1989; Maluf, 2001) têm assinalado o valor da pesquisa nesse processo como fator que permitirá a ampliação do campo de atuação profissional e a construção de práticas mais críticas.

Natário (1999), apresenta a pesquisa como aspecto essencial à formação sólida do futuro profissional de Psicologia. Apresenta nítida sinalização de que o estudante e o professor, que utilizam a pesquisa como instrumento para o pensamento e ação, acabam obtendo um trabalho de revisão e aperfeiçoamento de sua aprendizagem e da prática científica.

É importante destacar que a aptidão para perceber ‘situações-problema’ não é algo evidente, que salta à vista. Ao contrário, conforme Marques (2011, p. 688) “a percepção de problemas faz parte da sensibilidade do cientista, embora não só dele; resulta da conjunção de um sólido domínio teórico de uma área do conhecimento com a sensibilidade para intuir sobre o inusitado”. Neste sentido, de acordo com o autor supracitado, o cientista se aproxima do artista.

Vale lembrar aqui, que pesquisa é antes de tudo diálogo: diálogo com aqueles que antes já pesquisaram sobre a questão, diálogo com aqueles que a estão pesquisando no momento, diálogo com a natureza e a realidade social.

São múltiplas interfaces que põem em pauta o conhecimento e atuação em

Psicologia como produção de novos territórios políticos e existenciais (BARROS & LUCERO, 2005). Alinhados a uma perspectiva crítica desse fazer, Benevides e Passos (2005) se dedicam a dizer que, quando abarcamos demandas nestes diferentes espaços, produzimos os sujeitos dos quais falamos, transformando o conhecimento em um trabalho de invenção. Diante dessa perspectiva, se mostra preciso, cada vez mais, deslocar nosso olhar dos modelos pré-estabelecidos em prol da criação de novos sujeitos e novas práticas que possam gerar espaços outros de vida [de pesquisa, saúde, trabalho e educação].

Sendo assim, como provocar um deslocamento diante de um fazer da Psicologia historicamente marcado, conforme nos lembra Rose (2008), pelo controle e disciplinamento das condutas? Na contramão de uma Psicologia universalista, devemos buscar produzir outras relações que não se restringem a dicotomias como teoria/prática, sujeito/objeto, mas sim guiados por formas de olhar o fazer em Psicologia tendo em vista o que transborda modelos pré-estabelecidos, esquivando-se de uma “psicologização”.

A pesquisa em Psicologia e sua prática devem ser comprometidas com processos de democratização do país, a partir de uma análise crítica sobre sua produção de conhecimento e atuação profissional. A finalidade deve ser a construção de uma sociedade fundamentada em princípios de solidariedade e justiça social, comprometida com a ampliação da democracia, a luta por direitos e o acolhimento à(s) diferença(s). As pesquisas e ações profissionais devem objetivar a crítica à produção e reprodução de desigualdades, sejam elas econômica, racial, étnica, de gênero, por

orientação sexual, por localização geográfica ou qualquer outro aspecto que sirva para oprimir indivíduos e/ou grupos. Os princípios que orientam as práticas sociais devem ser, portanto, o acolhimento à liberdade de expressão democrática, o respeito à vida e à diversidade, bem como o repúdio a toda e qualquer forma de violência e discriminação.

A pesquisa em Psicologia deve ser um esforço para a amplificação do debate e provocação de ideias e ações transformadoras da realidade social em que vivemos e da qual ativamente participamos. Dessa forma, a ciência deve descer de seu pedestal e se transformar em uma prática social sujeita a erros, controles, mas, também, com acertos e libertações. E nesse sentido, como exaltou Bernardes (2004), tornar-se mais humana com a discussão em torno da reflexividade na construção do conhecimento científico, ou seja, da reflexão entre quem pesquisa e seu objeto de estudo (contemplando a complexidade sistêmica das realidades sociais, econômicas, políticas etc.).

É necessário que o psicólogo compreenda os aspectos mais amplos do contexto em que vive. Sugerimos isso, pois temos a convicção de que quando os profissionais passam a conceber os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva histórica e crítica, se tornam capazes de refletir sobre essa estrutura e transformar sua prática. Para tanto, o profissional da Psicologia deve se perguntar permanentemente: sob que condições estou realizando minha pesquisa e meu trabalho? Quais são as orientações que me inspiram? Para quem e para que serve minha pesquisa e minha atividade? Quais são as características do contexto em que estou atuando? Estes questionamentos possibilitam uma direção de pensamentos e posições para

serem definidas (ou redefinidas) na atividade enquanto pesquisador e profissional.

Implica a necessidade de pensar outras formas de fazer Psicologia com o propósito de estabelecer novas configurações que possam responder aos problemas reais e atuais. Nessa perspectiva, um dos principais desafios do psicólogo consiste em deixar de lado a ideia de se pensar como autoridade única, dono de um conhecimento mítico sobre o outro. Cabe a esse profissional superar os esquemas alienados, que, muitas vezes, estão presentes na sua formação, abandonando posturas cômodas que prevalecem em seu exercício e desmontando discursos legitimadores de práticas focadas nos interesses dos mais privilegiados.

Para Prilleltensky (1994), se os psicólogos não se questionam acerca da dimensão ético-política de sua atuação, inevitavelmente, acabam trabalhando a favor dos que têm mais poder. O autor afirma que é fundamental que a Psicologia resolva o dilema ético abandonando a falsa neutralidade, ou seja, deixando de lado a premissa de que as intervenções psicológicas favorecem igualmente aos ricos e aos pobres, empresários e aos trabalhadores, homens e mulheres, formais e informais. O posicionamento ético-político que se espera do psicólogo encontra eco nas afirmações de Martín-Baró (1996), o qual afirma que o papel do psicólogo/pesquisador, é promover a conscientização. Segundo ele:

Propõe-se como horizonte do seu *quefazer* a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto. Aceitar a conscientização como horizonte não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a

perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha (p. 7).

Assim, ao buscar assumir uma postura ética e libertária, o psicólogo direcionará suas ações entendendo que suas intervenções podem ter repercussões políticas significativas, sendo uma poderosa ferramenta para a transformação do poder na sociedade. Conforme Prilleltensky (1994), só quando alcançamos uma compreensão política e psicológica integrada do poder, do bem-estar e da justiça, podemos mudar o mundo a nosso redor.

Segundo Bernardi (2010, p. 3) “a educação atual tem sido predominantemente regida por princípios de mercado e não por preocupação com a realidade social”. Devemos lembrar que, mais do que formar profissionais para o “mercado”, a universidade tem importante papel na formação de sujeitos sociais éticos (SOARES & CUNHA, 2010). Desse modo, defendemos que se deve-se incluir, nos cursos de Psicologia e nas Pós-Graduações *lato e stricto sensu*, o contato com uma perspectiva crítica sobre as relações de trabalho, de gestão da saúde e da vida, com a dinâmica ética e moral das relações de poder e com as nuances políticas estruturantes das relações sociais e comunitárias. Para tal, é fundamental que a formação tenha um caráter interdisciplinar, que inclua a contribuição de áreas do conhecimento complementares, como a sociologia, a ciência política, a saúde coletiva, entre outras, para subsidiar as práticas e intervenções na realidade contemporânea que é extremamente complexa.

Guareschi (2018) apresenta a relevância de ressaltar que a formação profissional, seja a básica, ou as diversas especializações, ou ainda a busca de aprendizagem por práticas profissionais

específicas, se alicerça pelo significado ético que atribuímos a ela. Em congruência, segundo Rivero, (2011, p. 142), a prática crítica tem que estar sempre presente seja nos objetivos dos cursos de Psicologia ou nas práticas dos egressos, pois a competência profissional está em mantermos sempre uma suspeita sobre aquilo que nos governa. Ou seja, “espera situar-se no que parece ser uma implicação entre a governamentalidade e a possibilidade de singularização”. A pesquisa tem, então, um papel fundamental neste sentido, logo que é ela a responsável por endereçar interrogações, perturbar o *status quo*, apresentar reflexões e possibilidades e, deste modo, catalisar transformações.

Como expõe Chaves (1994, p. 65), ao se referir a uma crise dos paradigmas na pesquisa em Psicologia:

A pesquisa psicológica passa, hoje, pela crise de paradigmas para investigar a própria crise do homem contemporâneo, que convive com a própria crise do conceito de paradigma e vivência, então, seus medos básicos. Esse tipo de pesquisa requer, portanto, muita atenção do cientista para a boa convivência com a problemática e o encontro de soluções satisfatórias na busca de seu objetivo na investigação e na necessidade de uma boa comunicação intersubjetiva e ética. Entretanto, desordem e crise levam sempre a momentos de grande desenvolvimento individual e social com crítica e criatividade.

Nesta tônica, Pfromm Netto (2007) propõe proporcionar aos estudantes uma visão atual abrangente e rigorosa da pesquisa e da teorização científicas. E, dessa forma, buscar superar o quadro preocupante de penúria e primarismo metodológico dominante no país, quanto à criação de novos conhecimentos. Neste

sentido, buscar harmonia com o panorama atual da Psicologia no mundo. Ou seja, disseminar intensa e extensamente informações psicológicas destinadas aos cidadãos em geral, como antídoto para pseudociência, tolices, charlatanismo, credices e superstições rotulados, muitas vezes, como, “terapias alternativas”.

### **Breves considerações finais**

É pertinente a afirmação de Dias Sobrinho (2000, p. 50) de que “ensinar sem pesquisar afasta da realidade; pesquisar sem ensinar esclerosada; ensinar ou pesquisar sem vinculação com o meio, elitiza”.

Admitir uma direção ético-política nas pesquisas em Psicologia, conforme Barros e Lucero (2005), implica repudiar a ambição de generalização da ciência moderna, que neutraliza aspectos singulares das nossas experiências. Partindo da indissociabilidade da produção social e subjetiva, os autores afirmam um modo de fazer pesquisa que produz uma forma subjetiva que não se fecha à invenção e viabiliza uma possibilidade de viver e experimentar o imprevisto e o inusitado. Portanto,

[...] é preciso fazer pesquisa neutralizando a ideia de que ciência implica vencer as limitações das condições particulares da existência do sujeito, em que o pesquisador tem sua relação com a verdade perturbada ou obscurecida, e instalar-se na neutralidade objetiva do universal. Ao contrário, uma política do conhecimento pautada na invenção tende a uma competência ética (Kastrup, 2003) que implica num ponto de vista ‘pluricêntrico’, que afirma não um mundo preexistente, mas um mundo comum e heterogêneo.

Assumir a responsabilidade de mudança das condições de vida das pessoas

também é função do pesquisador em Psicologia, mas é preciso que essa responsabilidade seja condizente com os fazeres científicos e as práticas deles consequentes. Uma reflexão sobre esse tópico foi elaborada por Freire (1998), que questiona quem pode comprometer-se. O compromisso só existe no engajamento com a realidade; é um ato necessariamente corajoso, decidido e consciente, com o qual o homem não se diz neutro. Sendo assim, atribui-se à prática socialmente comprometida a tarefa de transformar a realidade social e, ao pesquisador (em Psicologia e demais ciências humanas), a função de inquiridor, ‘topógrafo’ e catalisador de tais transformações.

Por fim, corroboramos [e atualizamos] o “manifesto” apresentado por Eunice Durham (1998) que afirma ser preocupante a incapacidade de muitas das nossas lideranças políticas de reconhecerem a importância da pesquisa e de entenderem que a universidade, especialmente a pública, constitui a melhor solução, no Brasil, para sua institucionalização. Assim, por estranho que pareça, é preciso novamente insistir e demonstrar a necessidade da pesquisa para o desenvolvimento do país e a importância da universidade [pública] como seu principal sustentáculo.

#### Referências

BARRETO, M. F. M. Psicólogos: a formação e o exercício profissional. (Tese de Doutorado). Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 1999.

BARROS, M. E. B.; LUCERO, N. A. A Pesquisa em Psicologia: construindo outros planos de análise. *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 7-13, 2005.

BASTOS, A. V. B. Mercado de trabalho: uma velha questão e novos dados. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2 (3), 28-39, 1990.

BENEVIDES, R., & PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 2005.

BERNARDES, J. S. O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais. (Tese de doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BERNARDI, C. M. C. N. **O lugar da ética na formação do psicólogo: Cuidado e Autopoiese**, 2010.

CARVALHO, A. M. A. A visão dos alunos sobre sua formação. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 9 (1), 19- 21, 1989.

CHAVES, L.F. A Pesquisa em Psicologia: A crise dos paradigmas. *Psique*. 4, (5): 58-66. 1994.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicol. estud.* [online]. 6, (2), p. 57-63, 2001.

DURHAM, E. R. As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (**Documento de Trabalho**), 1998.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GUARESCHI, N. M. F. Formação em Psicologia, Práticas Profissionais e Produção de Saberes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, (2), 191-195, 2018.

MALUF, M. R. Problemas centrais na formação do psicólogo brasileiro. In: TORO, J. P. & VILLEGAS (Eds.). **Problemas centrales para la formación académica y el entrenamiento profesional del psicólogo en las Americas** (Vol. I). Buenos Aires, Argentina: Sociedad Interamericana de Psicología, 2001.

MARQUES, W. Ensino, Pesquisa e Gestão Acadêmica na Universidade. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, 685-701, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 2, (1), 7-27, 1996.

NATÁRIO, E. G. A pesquisa na formação do psicólogo. In. WITTER, C. (Org.). **Ensino de**

psicologia. Campinas, SP: Alínea, 1999, pp. 25-40.

PAIM, J.S; FILHO, N. A. **A Crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

PFROMM NETTO, S. Psicologia, psicologias: velhos e novos olhares. **Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora. 1, (01), 03-07, 2007.

PRILLELTENSKY, I. **The morals and politics of Psychology**: psychological discourse and the status quo. New York. SUNY. 1994.

RIVERO, N. E. E. Formação em psicologia e governamentalidade (**Tese de doutorado**). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROCHA, M. L.; ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos

modos de subjetivação. **Anais do evento “A universidade e as práticas de pesquisa”**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, 20(2), 115-164, 2008.

SOARES, S. R. & CUNHA, M. I. **Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

VIGEVANI, T. Pensar a crise na universidade para além das questões conjunturais. In. Loureiro, I. Del-Masso, M. C. (Orgs.). **Tempos de greve na universidade pública**. Marília. UNESP- Marília Publicações, 2001.

Recebido em 2020-07-03

Publicado em 2020-07-21